

SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - AC

Termo de Referência 3/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	200380-SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - AC	ROSSICLEIA FERREIRA CAMPOS	13/01/2026 16:48 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	35/2026	08220.004883/2025-19

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de academia para atender a duas finalidades principais: (i) a renovação do parque atual de materiais já existente na sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre (SR/PF/AC), que se encontra defasado, e (ii) a estruturação da nova Delegacia da Polícia Federal em Cruzeiro do Sul/AC, bem como atendimento ao órgão participante Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Acre, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Item	Descrição geral mínima	CATMAT	Marca de referência	Qtd. SR /PF/AC – Rio Branco	Qtd. DPF /CZS/AC – Cruzeiro do Sul	SR/PRF/AC – Rio Branco (Participante)	Qtd. Total	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor Total Máximo Aceitável
1	Par de Puxador cross over alça de pé, ajustáveis (com fecho de Velcro) e confortáveis (acolchoados) para máquinas de cabos. Garantia mínima 1 ano.	382084	Bomcombate – igual ou melhor qualidade	3	2	0	5	R\$ 138,93	R\$ 694,65
2	Par Puxador tornozeleira, nylon reforçado/velcro, fecho ergonômico, ajustáveis e confortáveis (acolchoados) para máquinas de cabos. Garantia mínima 1 ano.	382084	Ropestore – igual ou melhor qualidade	3	2	0	5	R\$ 63,37	R\$ 316,85
	Conjunto de								

3	Caneleiras contendo pares de 1, 2, 3, 4 e 5 kg, nylon reforçado emborrachada, fecho ergonômico, ajustáveis e confortáveis (acolchoados), enchimento areia /ferro. Garantia mínima 1 ano.	603104	D1fitness – igual ou melhor qualidade	1	1	0	2	R\$ 293,50	R\$ 587,00
4	Barra W, aço cromado 120 cm, 8 kg. Garantia mínima de 3 meses.	602366	Ropestore fitness – igual ou melhor qualidade	1	1	4	6	R\$ 224,11	R\$ 1.344,66
5	Barra supino /agachamento 2,2 m, 20 kg, aço sueco olímpico. Garantia mínima de 3 meses.	614630	Ropestore fitness – igual ou melhor qualidade	4	4	0	8	R\$ 576,60	R\$ 4.612,80
6	Barra rosca martelo (H), aço cromado 100 cm, 10 kg. Garantia mínima de 3 meses.	602380	Ropestore fitness – igual ou melhor qualidade	1	1	0	2	R\$ 379,05	R\$ 758,10
7	Suporte para barra /Horizontal, aço tubular, pintura eletrostática, com regulagem de altura. Garantia mínima de 3 meses.	469040	Ropestore fitness – igual ou melhor qualidade	1	1	0	2	R\$ 374,12	R\$ 748,24
8	Barra média 1,5 m, aço cromado, 15 kg. Garantia mínima de 3 meses.	615256	Ropestore fitness – igual ou melhor qualidade	1	1	0	2	R\$ 315,00	R\$ 630,00
9	Barra pequena 1,2 m, aço cromado, 10 kg. Garantia mínima de 3 meses.	615256	Ropestore fitness – igual ou melhor qualidade	2	2	0	4	R\$ 177,90	R\$ 711,60
10	Organizador/Suporte para barras vertical, aço tubular, com no mínimo 9 suportes. Garantia mínima de 3 meses.	261355	Ropestore fitness – igual ou melhor qualidade	2	2	0	4	R\$ 617,50	R\$ 2.470,00
11	Presilhas, ferro cromado, trava rápida, diâmetro mínimo de 28 mm. Garantia mínima de 3 meses.	470826	Ropestore fitness – igual ou melhor qualidade	20	20	4	44	R\$ 73,36	R\$ 3.227,84
12	Puxador para cross, aço/cabo ergonômico,	382083	Ropestore fitness – igual	4	4	6	14	R\$ 112,00	R\$ 1.568,00

	rotação 360°. Garantia mínima de 3 meses.		ou melhor qualidade						
13	Triângulo para remada, cromado, pega anatômica. Garantia mínima de 3 meses.	480253	Arzur – igual ou melhor qualidade	2	2	0	4	R\$ 220,90	R\$ 883,60
14	Puxador corda, nylon duplo 70 cm, terminais emborrachados. Garantia mínima de 3 meses.	382083	Ropestore fitness – igual ou melhor qualidade	2	2	0	4	R\$ 112,00	R\$ 448,00
15	Puxador barra reta, cromado 50 cm, pegada anatômica. Garantia mínima de 3 meses.	480252	Ropestore fitness – igual ou melhor qualidade	2	2	0	4	R\$ 227,32	R\$ 909,28
16	Puxador em V, aço maciço, pegas neutras. Garantia mínima de 3 meses.	480250	Ropestore fitness – igual ou melhor qualidade	1	1	2	4	R\$ 269,99	R\$ 1.079,96
17	Puxador curvo, aço, multiângulo, 60 cm. Garantia mínima de 3 meses.	382427	Ropestore fitness – igual ou melhor qualidade	1	1	0	2	R\$ 250,86	R\$ 501,72
18	Puxador pulley curvado 1 m, barra curvada com olhais. Garantia mínima de 3 meses.	382427	Ropestore fitness – igual ou melhor qualidade	1	1	0	2	R\$ 220,10	R\$ 440,20
19	Puxador semi-supinado (grande), pegada neutra paralela. Garantia mínima de 3 meses.	480249	Kiko – igual ou melhor qualidade	1	1	0	2	R\$ 336,47	R\$ 672,94
20	Colchonete, EVA alta densidade, 90×50×3 cm, PU emborrachado. Composição interna: espuma poliuretano. Garantia mínima de 3 meses.	486244	Ropestore fitness – igual ou melhor qualidade	10	10	10	30	R\$ 78,90	R\$ 2.367,00
21	Kit Dumbell Hexagonal Pegada Vulcanizado Cromada - 01 a 10Kg (110Kg) + Expositor Halter 10 Pares, suporte vertical (torre). Garantia mínima de 12 meses.	628740	Ropestore fitness – igual ou melhor qualidade	1	1	1	3	R\$ 3.449,00	R\$ 10.347,00
	Suporte de halteres Dumbbell 3 andares								

22	(12 suporte em cada andar, mínimo total 36 suportes), estrutura aço, com apoio dos halteres emborrachado (horizontal). Garantia mínima de 12 meses.	482186	Ultrawod – igual ou melhor qualidade	4	2	0	6	R\$ 2.990,00	R\$ 17.940,00
23	Kit Dumbbell Vulcanizado Pegada Recartilhada (redondo) 12,5 a 40Kg. Pares de 12,5 kg, 15 kg, 17,5 kg, 20 kg, 22,5 kg, 25 kg, 27,5 kg, 30 kg, 32,5 kg, 35 kg, 37,5 kg e 40 kg.) par de cada kg. Garantia mínima de 12 meses.	628740	chromafitness – igual ou melhor qualidade	3	3	0	6	R\$ 17.100,00	R\$ 102.600,00
24	Suporte para Anilhas, estrutura em aço com no mínimo 9 pinos distribuídos. Garantia mínima de 12 meses.	380489	Ropestore fitness – igual ou melhor qualidade	3	3	1	7	R\$ 2.498,52	R\$ 17.489,64
25	Kit/Jogo de anilhas olímpica 2–3 kg (2kg, 3kg) par de cada kg, Aço ou ferro fundido com revestimento em borracha de alta qualidade, anel em aço inoxidável. Garantia mínima de 12 meses.	370583	Gears – igual ou melhor qualidade	10	10	0	20	R\$ 155,66	R\$ 3.113,20
26	Kit/Jogo de anilhas olímpica 5–20 kg (5kg, 10kg, 15kg, 20kg) par de cada kg, Aço ou ferro fundido com revestimento em borracha de alta qualidade, anel em aço inoxidável. Garantia mínima de 12 meses.	370697	Ropestore fitness – igual ou melhor qualidade	10	10	6	26	2.671,97	R\$ 69.471,22
27	Protetor De Barra Para Agachamento Almofada com Material: Espuma Densa e Espessa Tamanho: 45 x 9 cm Peso: 300g Fita com Velcro para ajuste Características: Anti-derrapante e espuma de alta desinidade Não absorve o suor.	396242	D1Fitness – igual ou melhor qualidade	2	2	0	4	R\$ 97,17	R\$ 388,68

	Garantia mínima de 3 meses.								
VALOR GLOBAL								R\$ 246.322,18	

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 5 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

DIVERGÊNCIAS ENTRE CATMAT, DESCRIÇÃO OU IMAGENS ILUSTRATIVAS

- 1.5. Em caso de divergência entre o **código CATMAT**, as **descrições textuais** dos itens ou as **imagens meramente ilustrativas** anexas a este Termo de Referência, **prevalecerão as especificações constantes na Tabela 1.1 do TR**, por representarem a descrição técnica oficial e vinculante do objeto licitado.
- 1.6. As imagens anexas têm caráter **exclusivamente demonstrativo** e não substituem as informações técnicas da Tabela 1.1, que deverão ser observadas integralmente para fins de elaboração das propostas, julgamento e futura execução contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **[2026]** do órgão gerenciador e participante, conforme consta das informações do (item 11 - Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento) do ETP.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observados os seguintes requisitos, com fundamento na **Lei nº 14.133/2021**, no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU** e nas boas práticas aplicáveis à aquisição de **materiais e acessórios de musculação**:

4.1.1. Durabilidade e resistência

Os materiais deverão ser produzidos com **materiais de alta durabilidade e resistência mecânica**, compatíveis com uso contínuo e coletivo, reduzindo a necessidade de substituição precoce e a geração de resíduos.

4.1.2. Conformidade técnica

Os materiais deverão atender às **normas técnicas da ABNT**, quando aplicáveis, assegurando padrões mínimos de segurança, qualidade e desempenho.

Não será exigida certificação do INMETRO para itens que **não estejam sujeitos à certificação compulsória**, em razão de sua natureza.

4.1.3. Garantia e manutenibilidade

Os itens deverão possuir **garantia mínima compatível com a prática usual de mercado**, conforme indicado na lista de materiais, assegurando maior vida útil e redução de descartes desnecessários.

4.1.4. Estruturas metálicas

Barras, halteres, anilhas, suportes e demais estruturas metálicas deverão ser fabricados em **aço carbono, aço cromado, aço inoxidável ou ferro fundido**, com tratamento anticorrosivo, sendo **passíveis de reaproveitamento por meio de reciclagem de sucata metálica** ao final da vida útil.

4.1.5. Revestimentos e espumas

Revestimentos em courvin, couro sintético, borracha ou espumas de alta densidade deverão apresentar **resistência ao suor, à abrasão e à umidade**, priorizando materiais de maior durabilidade e com destinação ambientalmente adequada ao final do uso.

4.1.6. Partes plásticas e polímeros

Componentes plásticos (pegadores, presilhas, puxadores e acabamentos) deverão ser fabricados, preferencialmente, em **materiais recicláveis de alta resistência**, tais como PEAD ou ABS, passíveis de encaminhamento à reciclagem.

4.1.7. Materiais em borracha e EVA

Anilhas revestidas, colchonetes, protetores de barra e itens similares deverão utilizar **borracha ou EVA de alta densidade**, materiais com potencial de reaproveitamento em processos industriais.

4.1.8. Plano de Logística Sustentável

Até o momento, a Polícia Federal não possui Plano de Logística Sustentável (PLS) próprio vigente. Assim, a contratação observará as **diretrizes gerais dos Guias da AGU e do MGI**, incorporando critérios de durabilidade, reutilização e destinação ambientalmente adequada ao final da vida útil dos materiais.

4.2. Requisitos técnicos complementares

4.2.1. Rastreabilidade

Os materiais deverão possuir **identificação mínima do fabricante**, por meio de gravação, etiqueta ou marcação indelével, permitindo rastreabilidade.

4.2.2. Acabamento e segurança

Os materiais deverão apresentar **acabamento uniforme**, sem rebarbas, trincas, soldas defeituosas ou superfícies cortantes, observadas tolerâncias construtivas compatíveis com o uso esportivo.

4.2.3. Compatibilidade entre acessórios

Barras, anilhas, presilhas, suportes e demais acessórios deverão ser **compatíveis entre si**, observando diâmetros, encaixes e padrões usuais do mercado nacional, permitindo uso integrado.

4.2.4. Capacidade de carga

Os acessórios sujeitos a carga deverão possuir **capacidade compatível com sua finalidade**, declarada pelo fabricante em catálogo técnico ou documentação equivalente.

4.2.5. Embalagem e transporte

Os materiais deverão ser entregues **adequadamente embalados**, protegidos contra impactos, umidade e corrosão, preservando suas características até o recebimento definitivo.

4.2.6. Substituição por não conformidade

Materiais entregues em desacordo com as especificações técnicas, danificados ou com defeitos aparentes deverão ser **substituídos sem ônus para a Administração**, no prazo contratualmente estabelecido.

4.2.7. Condição de fornecimento

Não serão aceitos materiais **recondicionados, remanufaturados, usados ou de mostruário**, devendo todos os itens ser novos e de primeiro uso.

4.3. Indicação de marcas ou modelos (caráter referencial)

Como **referência de qualidade**, os materiais deverão apresentar padrão equivalente às marcas **Ropestore Fitness, Kikos, Athletic, Chromafitness, D1Fitness, Ultrawod, Gears**, ou similares.

A indicação possui **caráter exclusivamente referencial**, não configurando direcionamento de marca, sendo admitidos produtos de **igual ou superior qualidade técnica**, que atendam integralmente às especificações deste Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar.

A licitante deverá comprovar que seu **objeto social é compatível com o fornecimento de artigos esportivos ou acessórios de musculação**, conforme cadastro no CNPJ e contrato social.

4.4. Vedação a produtos inadequados

Não serão aceitos materiais:

- com defeitos aparentes de fabricação ou falhas estruturais;
- com histórico oficial de recall ou risco à segurança;
- com laudos ou pareceres técnicos oficiais negativos que atestem inaptidão para uso seguro.

4.5. Exigência de amostra

Não será exigida apresentação de amostras, em razão do **peso, volume ou inviabilidade logística** dos materiais.

A conformidade será aferida por meio de:

- análise de catálogos e especificações técnicas;
- conferência no ato da entrega;
- verificação de compatibilidade com o Termo de Referência.

4.6. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto.

4.7. Garantia da contratação

Não será exigida garantia contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar, considerando:

- a natureza dos materiais;
- o recebimento definitivo condicionado à conformidade técnica;
- a existência de garantia de fábrica.

4.8. Reserva de cotas para ME/EPP

Não será aplicada reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme justificativas constantes no Estudo Técnico Preliminar.

4.9. Margem de preferência

Após consulta às Resoluções da **CICS/MGI**, não foram identificadas margens de preferência aplicáveis aos materiais objeto desta contratação.

4.10. Catálogos técnicos e imagens

A licitante deverá apresentar **catálogo técnico oficial do fabricante** e **imagens reais e oficiais** dos produtos ofertados, permitindo a verificação das características construtivas, materiais e acabamento.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Forma de execução

A execução do objeto dar-se-á por meio do **fornecimento de materiais e acessórios de musculação**, conforme especificações, quantitativos e locais definidos neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços, mediante emissão de nota de empenho ou ordem de fornecimento.

5.2. Prazo de entrega

O prazo para entrega dos materiais será de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços ou do contrato, ou do recebimento da respectiva nota de empenho, conforme o caso.

5.3. Forma e local de entrega

Os materiais deverão ser entregues **em remessa única**, nos endereços indicados pela Administração, nas unidades de Rio Branco/AC e Cruzeiro do Sul /AC, conforme quantitativos definidos para cada local.

O transporte, o descarregamento e todos os custos necessários à entrega dos materiais serão de **responsabilidade exclusiva do fornecedor**.

5.4. Condições dos materiais entregues

Os materiais deverão ser entregues:

- novos, de primeiro uso;
- devidamente embalados, protegidos contra impactos, umidade e avarias;
- prontos para uso, não sendo exigida montagem especializada;
- em conformidade com as especificações técnicas do Termo de Referência.

Não serão aceitos materiais usados, reconicionados, remanufaturados ou de mostruário.

5.5. Recebimento provisório

O recebimento provisório será realizado no ato da entrega, mediante **verificação quantitativa**, conferindo-se quantidades, volumes, embalagens e integridade aparente dos materiais, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

5.6. Recebimento definitivo

O recebimento definitivo ocorrerá após a **verificação qualitativa e técnica** dos materiais, no prazo estabelecido pela Administração, mediante confirmação de que os itens atendem integralmente às especificações do Termo de Referência e da proposta vencedora.

O recebimento definitivo ficará condicionado à inexistência de vícios aparentes, defeitos de fabricação ou desconformidades técnicas.

5.7. Substituição de materiais em desconformidade

Os materiais que apresentarem defeitos, avarias, vícios de fabricação ou desacordo com as especificações deverão ser **substituídos pelo fornecedor**, sem ônus para a Administração, no prazo a ser definido pela fiscalização, contado da comunicação formal.

5.8. Documentação fiscal

A entrega dos materiais deverá ser acompanhada da **nota fiscal**, contendo descrição compatível com o objeto contratado, quantitativos fornecidos e demais informações exigidas pela legislação aplicável.

5.9. Responsabilidades do fornecedor

Constituem responsabilidades do fornecedor:

- cumprir os prazos de entrega estabelecidos;
- garantir a conformidade dos materiais com as especificações técnicas;

- substituir materiais defeituosos ou em desacordo;
- arcar com todos os custos de transporte, logística e substituição;
- prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitado pela Administração.

5.10. Fiscalização da execução

A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, competindo-lhe verificar o cumprimento das condições contratuais, sem prejuízo da responsabilidade integral do fornecedor pela adequada execução do fornecimento.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A1]

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (dias)** dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (**cinco** por cento) a 8% (**oito** por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 8% (**oito** por cento) a 10% (**dez** por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (**dez** por cento) a 15% quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (**quinze** por cento) a 20% (**vinte** por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

- a) Entrega de bens em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, ainda que em quantidade correta;
- b) Substituição de componentes ou materiais por similares de qualidade inferior, sem prévia autorização da Administração;
- c) Não observância das condições de instalação, montagem ou treinamento de usuários, que comprometa o uso adequado dos materiais /acessórios;
- d) Descumprimento de prazos de assistência técnica ou de reparo durante a vigência da garantia, quando configurarem inexecução parcial e não atraso de entrega.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1] , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.[A2]

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta

vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 25/09/2025.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade .

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, será adotado o critério de julgamento de menor preço por itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitário do item: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- 9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]
- 9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira[A10]

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo 10% do valor total estimado da parcela pertinente, no caso item em que a empresa tenha ofertado melhor proposta/lance.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.30. A comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, será realizada mediante apresentação de declaração formal do fornecedor, firmada por seu representante legal, sob as penas da lei, atestando sua capacidade técnica, operacional e logística para o fornecimento dos materiais, acompanhada obrigatoriamente de catálogos técnicos oficiais dos produtos ofertados.

9.30.1. Os catálogos técnicos deverão conter, no mínimo, a descrição dos itens, suas especificações técnicas, materiais empregados, dimensões ou capacidades relevantes, bem como imagens reais ou oficiais dos produtos, de forma a permitir a verificação da compatibilidade com as especificações do Termo de Referência.

9.30.2. A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar documentação complementar destinada à verificação da veracidade das informações prestadas, tais como notas fiscais de fornecimentos anteriores, fichas técnicas, declarações do fabricante ou outros documentos idôneos que evidenciem a atuação comercial regular do fornecedor no segmento.

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 246.322,18 (Duzentos e quarenta e seis mil, trezentos e vinte e dois reais e dezoito centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1. Em razão do **valor total estimado da contratação** e da **complexidade técnica do objeto**, **não se aplica instrumento substitutivo ao contrato**.

13.2. Dessa forma, será formalizado **contrato administrativo próprio**, nos termos do **art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, por se tratar de aquisição de bens de valor elevado e de execução que demanda garantias formais de fornecimento, prazos e responsabilidades.

13.3. O contrato observará as disposições da legislação vigente, incluindo as **cláusulas essenciais previstas no art. 92 da Lei nº 14.133/2021**, e será formalizado **depois da emissão da nota de empenho**, servindo como instrumento jurídico vinculante entre as partes contratantes.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital **OU** Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. ANEXO III - LISTA DE VERIFICAÇÃO

LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA ACEITAÇÃO DOS MATERIAIS E ACESSÓRIOS DE ACADEMIA

Objeto: Recebimento definitivo dos materiais e acessórios de academia conforme especificações técnicas do Termo de Referência.

Unidade recebedora: _____

Data da vistoria: // _____

Responsável técnico: _____

1. Identificação e conformidade documental

- Nota fiscal emitida em nome do órgão contratante.
- Marca, modelo e número de série correspondem aos aprovados na proposta vencedora.
- Catálogo técnico e manual do fabricante entregues em língua portuguesa.
- Certificados ou laudos apresentados conforme exigido (NBR ISO 20957, quando aplicável).

2. Condições gerais do materiais/acessórios

- Produto novo, de primeiro uso e sem sinais de desgaste.
- Estrutura metálica sem deformações, soldas mal-acabadas ou pontos de corrosão.
- Pintura e acabamento uniforme, sem riscos, lascas ou partes oxidadas.
- Presença de pés niveladores ou bases antiderrapantes (quando aplicável).

3. Funcionalidade e segurança

- Sem travamentos, rangidos ou desalinhamento de polias e eixos.

4. Conformidade dimensional e técnica

- Dimensões e características técnicas correspondem às especificações do TR.
- Regulagens de assento, encosto e pegada funcionam sem esforço excessivo.
- Pintura e soldas seguem padrão profissional, com boa estética.
- Materiais conforme descritos (aço carbono, inox, borracha antiderrapante etc.).

5. Garantia e assistência técnica

- Garantia mínima de 12 (doze) meses, conforme Termo de Referência.
- Indicação de assistência técnica autorizada no território nacional.
- Declaração de disponibilidade de peças de reposição por, no mínimo, 5 anos.
- Etiqueta do fabricante com CNPJ e dados de contato visível no produto.

6. Acessórios e complementos

- Entrega completa dos acessórios especificados (cordas, barras, pegadores, cintos, suportes, etc.).
- Todos os itens devidamente embalados e protegidos.
- Quantidades conferidas conforme o Termo de Referência.

7. Teste de funcionamento

- Teste realizado em carga operacional normal.
- Nenhum ruído anormal ou falha detectada.
- Materiais/acessórios aprovado pelo responsável técnico.

Resultado final da inspeção:

() Aprovado integralmente () Aprovado com ressalvas () Rejeitado

Observações:

Assinaturas:

Responsável técnico: _____ Data: // _____

Fiscal do contrato: _____ Data: // _____

16. DECLARAÇÃO FORMAL DE CAPACIDADE

DECLARAÇÃO FORMAL DE CAPACIDADE DE FORNECIMENTO (ACOMPANHADA DE CATÁLOGOS TÉCNICOS)

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, por seu representante legal infra-assinado, **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins de participação em procedimento licitatório, que **possui plena capacidade técnica, operacional e logística para o fornecimento dos materiais e acessórios de musculação** objeto da contratação, em conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

Declara, ainda, que:

1. Atua regularmente no mercado de fornecimento de **artigos esportivos e/ou acessórios de musculação**, possuindo estrutura operacional compatível com a execução do objeto;
2. Dispõe de fornecedores, fabricantes ou meios próprios aptos a garantir o **fornecimento dos materiais novos, de primeiro uso**, dentro dos padrões de qualidade, segurança e desempenho exigidos;
3. Compromete-se a cumprir integralmente os **prazos, condições de entrega, garantias e demais obrigações contratuais** previstas no edital e seus anexos;
4. Está ciente de que a presente declaração **não substitui a verificação posterior da conformidade dos materiais entregues**, sujeitando-se às penalidades legais e contratuais em caso de informação falsa, inexata ou de descumprimento das condições pactuadas.

Para fins de comprovação mínima da aptidão técnica declarada, a empresa **anexa a esta declaração os seguintes documentos**:

– **Catálogos técnicos oficiais** dos produtos ofertados, contendo, no mínimo:

- descrição detalhada dos materiais;
- especificações técnicas (materiais, dimensões, capacidade, acabamento);
- imagens reais ou oficiais dos itens;
- identificação do fabricante ou fornecedor;

– **Documentação complementar**, quando aplicável, tais como notas fiscais de fornecimentos anteriores, fichas técnicas ou outros documentos que evidenciem a atuação comercial regular no segmento.

Declara, por fim, que todas as informações prestadas são verdadeiras, estando ciente de que a prestação de declaração falsa sujeita a empresa às sanções previstas na legislação vigente, em especial na Lei nº 14.133/2021.

Local e data: _____

Nome do representante legal: _____

Cargo: _____

Assinatura: _____

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Aprovo o Termo de Referência, referente à aquisição de materiais e acessórios de musculação, e autorizo o prosseguimento do feito

FELIPE PERES FACHINELI

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 13/01/2026 às 16:48:32.

GLAUCO FERREIRA DE SOUZA RIBEIRO

Membro da comissão de contratação